

Introdução

1. Apresentação

Esta tese é resultado de reflexões e práticas compartilhadas com um grupo amplo de mulheres negras. Mulheres de gerações anteriores, minhas contemporâneas e de jovens negras com quem pude conviver na família, na Universidade e na militância. Quando olho para trás recupero forças para agradecer mais uma vitória, dentre tantas perdas que serviram para fortalecer minha condição de mulher negra guerreira.

É também um agradecimento aos meus antepassados que não puderam caminhar tão longe quanto eu. Todos nós negros sabemos que racismo impõe uma série de barreiras aos nossos projetos de vida pessoais e familiares, exigindo escolhas tão duras e difíceis. Acredito que fui e sou “protegida” pela ancestralidade que me fez filha de Oxum e mãe e filha de Yemanjá. Essa verdade vivida intensamente no “terreiro”, território possível de uma identidade plena, ainda que temporária, é o que tem alimentado meus sonhos e as possibilidades de ser o que sou hoje.

Sou uma mulher negra, cuja identidade é resultado de encontros individuais e coletivos que nutriram-me de referências positivas acerca dos valores das culturas de matriz africana que foram recuperadas ao longo da estrada da vida, marcada por muitas dilacerações.

Sou oriunda da Baixada Fluminense, de um bairro pobre chamado São Mateus em São João de Meriti. Estudei até a terceira série na rede pública de ensino - mas numa boa escola. Minha mãe, muito sábia, transferiu-me para a melhor escola particular do município, na qual concluí o antigo ginásio. Meus pais fizeram um grande investimento na minha formação educacional, mas essa decisão, se por um lado tinha a intenção de me preparar melhor para enfrentar os níveis de escolaridades futuros, de outro modo colocou-me diante de um grande desafio: superar o racismo e a discriminação.

Quando criança, lembro-me da forma hostil como algumas professoras me tratavam. Eu não reconhecia aquele comportamento como discriminação, devido à

cor de minha pele. Também não lembro se era a única aluna negra da turma. Provavelmente sim. Recordo-me que minhas coleguinhas de turma eram parentes do prefeito, do dono da rede de postos de gasolina local, da rede de supermercados, etc. Eu me via como “estrangeira” naquele território, mas queria inserir-me no mesmo. A violência simbólica perpetrada pelo racismo operou na construção de minha subjetividade fazendo-me crer que a “culpa” pelo meu desempenho insuficiente era exclusivamente minha. Essa violência cotidiana na escola foi afastando de mim as possibilidades de encontro com as minhas matrizes culturais com vistas à construção de uma identidade negra positiva.

Terminei o “científico” em outro colégio particular do Município do Rio de Janeiro e frequentei um curso de pré-vestibular famoso na época, graças à rede de relações de meu tio e padrinho. Fiz o vestibular e quase “cheguei lá”, bem pertinho: queria desenho industrial. Mas não consegui. Outra vez minha mãe, sabiamente, me inscreveu em um vestibular de uma universidade particular e fui aprovada em terceiro lugar para o curso de serviço social em 1974. A frustração de não ter sido aprovada no vestibular para desenho industrial foi substituída pela alegria de ter outras possibilidades de formação no meu horizonte profissional.

Sempre fui uma das melhores alunas da turma e exigi isso de mim. A experiência de opressão racial ensinou-me a criar fluxos de fuga para conviver preservando a minha sanidade. Precisamos ser as melhores para sermos notadas e, às vezes, nem isso funciona, de modo que a sociedade reconheça nossa capacidade humana e intelectual.

Findado o curso de graduação em 1978, fui imediatamente aprovada no concurso de Residência em serviço social do antigo INAMPS. Trabalhei dois anos no Hospital Geral de Bonsucesso, local em que minha imagem de uma mulher negra “inteligente” se consolida socialmente, ao contrario daquela representação subalternizada imputada a mulher negra historicamente.

Paralelo a essa atividade no hospital, também fui aprovada para o curso de Especialização em Serviço Social da UFF em 1979. A carreira “meteórica” rendeu frutos e no mesmo ano fui convidada e contratada para dar aula na SUAM, faculdade em que me formei.

O trabalho docente em serviço social, foi seguido de uma aprovação em segundo lugar no concurso público para o cargo de assistente social no antigo

INAMPS em 1981, o que sinalizou um futuro “promissor” para mim. Lembro-me da sensação muito boa de projetar minha futura saída da Baixada Fluminense para outros bairros mais estruturados. A mobilidade social colocava como horizonte a possibilidade de conhecer outros lugares longe da pobreza e dos limites estruturais de um dos maiores bolsões de miséria da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A educação é um bem simbólico que me possibilitou ascender socialmente e colocou-me em condições de igualdade com as demais mulheres de minha geração indistintamente de meu pertencimento racial. Será? Mas, ao mesmo tempo, a mobilidade me “diferenciava” das mulheres negras com as quais convivia naquele contexto de pobreza. Minha consciência histórica, naquele momento, não foi suficiente para que eu analisasse criticamente as relações entre gênero/raça/classe/sexualidade e as hierarquias produzidas, nas quais estava cotidianamente imersa: negra, mulher, pobre, heterossexual e católica. Não me via negra. A suposta ascensão me fez crer, naquela ocasião, que eu era “diferente” das pessoas de meu grupo racial e social, visto como sub-valorizado pela ampla sociedade.

No entanto, a ascensão social tão almejada, sem a necessária consciência crítica dos processos históricos de exploração e opressão, não conduz à emancipação social das mulheres negras, uma vez que a cidadania é exercida de forma desigual pelos “diferentes” grupos de gênero, raça, classe e sexualidade na sociedade.

Todavia, mesmo superando as barreiras impostas pelo racismo e conquistando inúmeras titulações em nível de pós-graduação em instituições acadêmicas de excelência, não foram suficientes para imunizar-me do preconceito e da discriminação racial sofrida ao longo desse caminho. Experimentei constrangimentos de várias ordens devido a minha condição de mulher negra.

Percebi, então, que minha historia não é diferente das mulheres de meu grupo racial. Um dia longínquo neguei a imposição patriarcal, ou seja, da dominação masculina na família e nas outras esferas da vida. Resolvi romper com as amarras quando descobri minhas africanidades. Evidenciei que as desvantagens sociais das mulheres de minha família eram produtos de uma longa história de dominação e resistência de muitas outras mulheres negras. Para entendê-las precisava questionar as “verdades” essencializadas e superar as idéias de

subalternidade formadoras de minha identidade racial e de gênero até então. Foi preciso dialogar com novos paradigmas e epistemologias, nas quais a memória da África, de onde meus ancestrais vieram, me dessem suporte para construir uma identidade negra positiva interpelada a todo o momento pelo eurocentrismo².

Nascimento argumenta de forma eloquente a importância do continente africano na história da Humanidade:

Como eliminar a África como referência ness e quadro, se várias entre as primeiras civilizações do mundo (a egípcia, a núbica, a de kusc) originaram-se exatamente lá? A solução foi retirar as civilizações clássicas africanas do continente, situando-as como civilizações orientais. Já que tal façanha se demonstra geograficamente impossível, introduziu-se a seguinte idéia: étnica e culturalmente, o norte da África seria distinto do restante do continente. A região do norte africano identificaria-se como oriental ou asiático, enquanto a região subsaariana seria reconhecida como a verdadeira África. Hegel vai além disso. Na sua obra *A Filosofia da História* (1956:96), secciona o continente em três partes que ele rotula de “África própria” (ao sul do Saara), “África européia” (ao norte do Saara) e “África asiática” (região egípcia- etíope). Que diária Hegel se erguêssemos uma “Europa africana” na região dominada durante séculos pelos mouros, africanos islamizados que tanto contribuíram para o desenvolvimento da civilização européia (Nascimento, 29-30 1994).

A conscientização da luta histórica das mulheres negras brasileiras, donde as mulheres de minha família são partícipes, desvelou essa realidade com a qual passei a me identificar. Porquê essas trajetórias, tão próximas de minhas experiências singulares, são silenciadas e invisibilizadas? Essa e outras respostas pretendo buscar nesta pesquisa.

Com o racismo aprendi a elaborar ferramentas para enfrentá-lo e combatê-lo. Uma delas, foi sem dúvida, minha inserção política em uma das organizações políticas do Movimento Negro- o MNU. Nesse âmbito, adquiri novos conhecimentos sobre a história das mulheres e homens negros no Brasil e de minha própria história; aprendi a fortalecer-me e não ter medo de quebrar o silêncio provocado pelos infinitos constrangimentos que as pessoas de origem

² As noções de *centro e periferia, eu e outro* estão, ancoradas no conceito de etnocentrismo. Este termo, por seu turno, designa o sentimento de superioridade que uma cultura tem em relação as outras. Todavia esse sentimento, de modo algum, é uma atitude exclusiva da Europa na relação aos não- europeus. “ *O etnocentrismo baseia-se na recusa da diferença e no sentimento de desconfiança em relação ao outro, visto como um estranho ou mesmo como um inimigo em potencial*” (BORGES et al 2002, p. 54). Ressalta- se que a passagem do etnocentrismo ao racismo é essencial que além da recusa do outro com base na diferenças objetivas, se adense a idéia de uma diferença biológica imaginária e enganosa. (BORGES et al op. cit.)

africana, principalmente as meninas e mulheres, convivem desde a tenra infância através da denegação de sua beleza, inteligência, criatividade, sonhos, desejos - em suma: de sua humanidade.

A outra iniciativa, circunscreve-se no âmbito do serviço social³ (no exercício profissional, na docência e na organização da categoria dos assistentes sociais). Orientada pelos princípios do projeto ético- político do serviço social expressos no Código de Ética do Assistente Social, venho elaborando coletivamente iniciativas com o intuito de dar visibilidade a presença das mulheres negras no interior do serviço social, assim como do racismo, do sexismo que, condensados à condição de classe, afetam de forma distinta experiência de mulheres e homens negros, se comparado à experiência dos brancos. Evidentemente estas opressões operam de forma eficaz na produção das desigualdades e as representações negativas sobre a população negra e de seu legado cultural atuam no imaginário social limitando, sobremaneira, a análise do poder desastroso do racismo, do sexismo e da discriminação racial e de gênero no âmbito profissional, retraindo as possibilidades concretas da efetiva ação coletiva da categoria no enfrentamento do racismo e de opressões correlatas.

Dar visibilidade às histórias ocultadas é a chave para a consolidação de novos temas de pesquisa e de novas metodologias, as quais poderão explorar fontes ignoradas mormente nos estudos sobre gênero e raça no Brasil. Nesse sentido, desde 1996 tenho direcionado minhas investigações para as mulheres negras, sinalizando a preponderância do protagonismo político das sacerdotisas negras do candomblé do Rio de Janeiro, dentro e fora de suas comunidades- de-terreiro. Desse empreendimento, resultou minha dissertação de mestrado *Candomblé e Pobreza: um estudo sobre representação e identidade em uma comunidade de terreiro em Nova Iguaçu –RJ*, aprovada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRio em 1998. Nessa pesquisa procurei compreender o impacto social de ações de combate a pobreza e a discriminação racial desenvolvidas pelas mães- de- santo, assim como elas forjaram estratégias de

³ Iniciei minha carreira docente em 1979. Após 10 anos de trabalho no DSS da SUAM ingressei, através de concurso público, no DFTPSS da UERJ. Atualmente coordeno O PROAFRO vinculado ao CCS da mesma universidade e participo da CISPAN do Ministério da Saúde, Brasília-representando o CFESS.

valorização do patrimônio cultural e da preservação do legado civilizatório de matriz africana no Brasil, em particular, no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Desde então tenho me dedicado ao tema *mulher negra* e realizado, de forma indissociável, atividades de pesquisa, ensino e extensão, cujos principais produtos são: i) artigos em coletâneas; ii) apresentação em congressos científicos; iii) orientações de trabalho de conclusão de curso de graduação e monografias de pós-graduação; iv) criação de recurso pedagógico na forma de slide show sobre mulheres negras e resistência e; v) nos últimos cinco anos um Curso de extensão sobre “A Teoria e as Questões políticas da Diáspora Africana nas Américas” com ênfase na proposta política e epistemológica formulada pelo Feminismo Negro Americano, Latino-Americano e Brasileiro. Este curso é realizado em conjunto com Movimento de Mulheres Negras brasileiras, representado pela ONG CRIOLA; com o Departamento de Antropologia da Universidade do Texas em Austin- EUA e vi) Elaboração e *website* e de banco de dados para armazenamento dos dados da pesquisa em andamento sobre mulher negra e políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro, projeto de pesquisa ora apresentado para qualificação no Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da PUC- Rio.

2. Tema e objeto de análise

A presente tese tem como objeto de análise a mulher negra cotista militante da UERJ, ingressante pelo sistema de cotas raciais a partir de 2003. Mulheres negras com trajetórias singulares, mas que experimentaram o racismo e o sexismo em suas vivências e confrontaram poderes em diferentes espaços e tempos, com vista a afirmação de identidades negras positivas. Nesse sentido, esta tese reconhece as mulheres negras como protagonistas de suas histórias e da história coletiva do povo negro.

Ao estudar as mulheres negras percebi que suas histórias, trajetórias e narrativas são invisibilizadas e cercadas de estereótipos que transitam no imaginário social de longa data. Segundo Werneck (2007) as representações negativas sobre a mulher negra se estabelecem a partir dos interesses e necessidades envolvidos nas disputas de poder entre os diferentes segmentos

sociais, cuja primazia recai sobre a população branca e o sexo masculino. Isto posto, a inferiorização das mulheres negras se desenvolve em um contexto no qual as características de cor de pele e sexo ganham relevância e embasaram sistemas de hierarquização social definidos como racismo e sexismo⁴.

Destarte, os estudos realizados por Brandão (2003) e Teixeira (2000) quanto à presença por gênero e raça na educação superior revelam uma crescente inserção da mulher, cuja presença soma mais de 50% do alunado. No entanto, tal realidade não expressa igualdade entre os grupos raciais, pois mulheres e homens brancos somam mais de 50% do total de alunos, enquanto os pretos e pardos somam um pouco mais de 30% segundo esses estudos. Meu interesse em pesquisar a trajetória de vida das alunas cotistas e militantes é justificado pela necessidade de registrar suas experiências de vida e, assim, dar visibilidade às estratégias elaboradas por elas e suas famílias para enfrentarem as estruturas de poder que tecem as relações institucionais nos espaços educacionais ao longo de suas trajetórias escolares. Nesse contexto, o presente trabalho pretende trazer a lume e enfatizar as estruturas de poder produzidas na UERJ após a implantação do sistema de cotas raciais.

Não há consenso na sociedade brasileira sobre a importância da implementação da política de cotas raciais para negros e negras no ensino superior, no que concerne a função política de reparação histórica do Estado brasileiro de modo a corrigir as desvantagens sociais, econômicas, culturais e educacionais produzidas pela escravidão e seus e de seus efeitos na República. A população negra hoje, representa mais de 50% do contingente humano do Brasil, segundo o censo de 2010. No entanto sua representatividade na universidade e nos demais setores da sociedade é inversamente proporcional.

Todavia, no campo antiracista, intelectuais negros e negras, organizações do Movimento Negro e de Mulheres Negras, juristas, políticos dentre outros, consideram as cotas raciais como uma das medidas de ação afirmativa e um imperativos para o enfrentamento do racismo e da discriminação racial no ensino superior. Contudo, a tensão social estabelecida a partir da implementação dessa política pública não se limitou ao campo da educação superior. Ao contrário, ela

⁴ Estes conceitos serão discutidos adiante.

se capilarizou para todos os tecidos da vida pública e privada, trazendo à baila antigos e contínuos preconceitos em relação aos negros e negras que acionaram práticas discriminatórias na universidade e no seu exterior.

3. Objetivos

O presente estudo pretende atingir os seguintes objetivos.

- a) Conhecer a trajetória de vida das mulheres negras cotistas e militantes e identificar os processos constitutivos da identidade negra.
- b) Identificar as manifestações de preconceito e discriminações enfrentadas no processo de formação profissional e as estratégias de resistência ao poder dominante.
- c) Contribuir para o debate sobre a questão racial no Serviço Social.
- d) Devolver os resultados da pesquisa para as mulheres negras sob a forma de seminário.

4. Tese da tese

Em que medida o debate sobre as cotas raciais influenciou ou não na construção da identidade de resistência das alunas cotistas negras e militantes?

A tese defendida é que a identidade racial de resistência das alunas cotistas negras e militantes foi construída no contexto da implementação das cotas raciais e afirmadas no processo de organização coletiva dos estudantes negros e negras na UERJ.

5. Metodologia

Neste momento, verso sobre o processo qualitativo dessa pesquisa, focalizando a coleta de dados realizada em 2011 junto a cinco alunas negras cotistas que ingressaram no curso de graduação da UERJ, pelo sistema de cotas raciais a partir de 2003. A escolha privilegiou alunas que se auto-declaram negras e são ou foram atuantes politicamente no Movimento Negro e de Mulheres Negras. Foram convidadas duas alunas do curso de Direito, cuja graduação já

havia sido concluída; uma aluna do curso de pedagogia, também com o curso concluído; uma aluna do curso de Ciências Sociais que na ocasião da entrevista não havia concluído o curso de graduação e uma aluna graduanda em Serviço Social.

O convite foi aceito com satisfação por todas as entrevistadas e formalizado através de uma carta institucional, explicitando o tema da pesquisa e a importância de sua colaboração (anexo 1). Junto à carta, foi encaminhado o termo de consentimento livre e esclarecido (anexo 2). Após a confirmação de participação das sujeitas da pesquisa, foi elaborada uma agenda das entrevistas em local e horário definido pelas mesmas. Três das cinco entrevistas foram realizadas na UERJ, uma foi em minha residência por escolha da aluna e outra ocorreu em Brasília, na residência da entrevistada. Como suporte financeiro, foi disponibilizado para transporte o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) para cada uma.

A técnica de coleta de dados baseou-se na história oral segundo a concepção de Meihy (1996). Segundo o autor, a técnica de história oral baseia-se em:

Um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas [...] a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar para o grupo que gerou as entrevistas. (Meihy, 1996, p. 15)

A história oral tem três tempos principais e nítidos: 1- o da gravação; 2- o da confecção do documento escrito; 3- sua eventual análise. Nesse sentido, a escolha da técnica de coleta de dados foi, sem dúvida, um dos momentos em que enfrentei um desafio do ponto de vista epistemológico, ético e político. Para enfrentá-lo, examinei alguns argumentos ou justificativas elencadas por experientes pesquisadores no uso de entrevistas como técnica de análise .

Poupart (2008) destaca três argumentos: o primeiro deles, é que a entrevista qualitativa seria necessária quando a exploração das informações em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada fundamental para a exata apreensão e compreensão das condutas sociais; o segundo é de ordem ética e política. A entrevista qualitativa é fundamental, pois abre a possibilidade de conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais e, por fim, os argumentos de ordem metodológica, ou seja, a entrevista qualitativa se

impõe no âmbito das ferramentas de informação privilegiadas de acesso ao universo de vida dos entrevistados, de modo “que nos permite acessar a experiências dos atores” (Poupart, 2008, p. 216).

A técnica de coleta de dados foi a entrevista narrativa, na qual a entrevistada é estimulada a falar a partir de uma questão “gerativa narrativa” na entrevista. Introduzi, além da questão gerativa narrativa, a uma pergunta inicial de auto identificação das entrevistadas. As perguntas foram:

- a) Quem é (nome da entrevistada)?

- b) Você pode narrar sua história de vida desde a sua infância até os dias atuais, e explicitar a sua experiência com o racismo? Você não precisa ter pressa e tudo o que você achar importante, é também importante para mim.

Após colocadas as duas questões, minha interferência durante a entrevista foi mínima, pois a idéia dessa técnica é deixar que a memória do entrevistado seja provocada pelas lembranças de forma livre, sem a intervenção do pesquisador. Foram gravadas em média sete horas de entrevistas que se encontram arquivadas digitalmente. As transcrições foram realizadas por uma equipe de quatro profissionais e uma bolsista, que obedeceram rigorosamente o relato da entrevistada, transformando-as em documento escrito, “fonte” histórica privilegiada nesta pesquisa.

Para Cellard (2008) definir o documento representa em si um desafio e no âmbito das Ciências da sociedade, a História é a ciência que mais contribuiu nesse sentido por ser o documento uma de suas principais ferramentas. Segundo o autor foram Langlois e Seignobos que no final do século XIX, através de sua obra *Introduction aux études historiques* (1898) influenciaram gerações de historiadores. Contudo, para esses autores a noção de documento se aplicava exclusivamente ao texto e, fundamentalmente, aos arquivos oficiais.

Cellard (2008) sinaliza que ao privilegiar uma abordagem mais globalizante, a história social ampliou bastante a noção de documento. Diz o autor que

(...) tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado um documento ou fonte (...) pode tratar-se de texto escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou qualquer

outro tipo de testemunho registrado, objeto do cotidiano, elementos folclóricos, etc. No limite poder-se-ia qualificar de ‘documento’ um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação. (Cellard, 2008, p. 296- 297)

Assim, o material coligido nas cinco entrevistas foi transformado em documento escrito, fonte sobre a qual a análise do conteúdo foi realizada.

Posteriormente esse material foi devolvido para cada entrevistada, para que elas autorizassem total ou parcialmente a divulgação do conteúdo. Nesse momento, alguns ajustes foram feitos pelas próprias sujeitas da pesquisa, de modo que somente foi divulgado o conteúdo autorizado. Vale salientar que a identidade das entrevistadas foi mantida e apenas foram alterados os nomes dos outros personagens de modo a preservar suas identidades. Após a entrevista, foi encaminhado um formulário de informações sócio-demográficas para ser preenchido (anexo 3). Em razão da exigüidade do tempo esses dados não foram analisados neste trabalho constituído em fonte riquíssima para futuros estudos.

Sobre o tipo de entrevista, adotei a entrevista narrativa. Esta técnica de coleta de dados é uma modalidade de história oral e pode ser classificada como uma técnica de história de vida. As narrativas permitem ao pesquisador abordar o mundo experimental do entrevistado de modo mais abrangente. Para a escolha desta técnica foi levado em consideração o alcance da mesma para denunciar por dentro os preconceitos sociais, as práticas discriminatórias ou de exclusão, as iniquidades que podem se tornar objeto certos grupos considerados diferentes.

Para Poupart (2008), a pesquisa qualitativa está longe de ter o monopólio da crítica social e da denúncia das situações de opressão. Contudo, a vantagem que se encerra é de permitir não apenas evidenciar o que essas pessoas vivenciam no cotidiano, mas igualmente dar-lhes a palavra e sua falta de poder na sociedade.

A análise das narrativas considerou os temas mais frequentes nas histórias de vida das cinco sujeitas da pesquisa.

Além da pesquisa qualitativa, procurei me aproximar dos dados quantitativos relativos às desigualdades raciais, assim como das informações contidas no banco de dados da SAG UERJ. Os dados apresentados foram analisados, configurando um estudo mais abrangente acerca do ingresso dos estudantes negros pela política de reserva de vagas da UERJ, assim como uma

primeira aproximação com a realidade das mulheres negras graduandas desta universidade.

Isto posto, a presente tese está dividida em seis capítulos. No capítulo I apresento os aportes teóricos da pesquisa, procurando definir as principais categorias de análise. No capítulo II, os indicadores de desigualdade por gênero e raça, para uma melhor compreensão da condição social da mulher negra no Brasil. No capítulo III uma breve reflexão sobre ação afirmativa. O capítulo IV refere-se à discussão sobre as cotas no contexto neoliberal. No capítulo V apresento os sujeitos da pesquisa através de suas narrativas e o capítulo VI é uma primeira aproximação analítica das histórias de vidas das mulheres negras para explicitar a dor e a delícia resistir. Finalmente, as considerações finais.